



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

Mensagem nº 027/2021

Espigão do Oeste, 2 de março de 2021.

Senhor Presidente,

Encaminhamos, em anexo, o Projeto de Lei, que **ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO**.

Senhores Vereadores,

Visa a presente mensagem, submeter à apreciação desta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 338.525,00 (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais), destinados a atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, provenientes de recursos do Convênio nº. 865110/2018, firmado entre o Governo Federal por meio do Ministério da Defesa, Programa Calha Norte - PCN e Município de Espigão do Oeste.

Para dar cobertura ao crédito mencionado a ser aberto será utilizada como fonte de recursos: **Superávit Financeiro** referente a recursos financeiros depositados em conta corrente, para atender o Convênio 865110/2018 firmado entre o Governo Federal por meio do Ministério da Defesa e Município de Espigão do Oeste, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), **Superávit Financeiro** apurado no exercício de 2020, a título de contrapartida financeira por parte da Prefeitura do Município de Espigão do Oeste, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e **Anulação parcial de dotação**, a título de contrapartida financeira por parte da Prefeitura do Município de Espigão do Oeste, o valor de R\$ - 26.525,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais).

Valendo-me da oportunidade, apresento a Vossas Excelências, meu renovado apreço e o reconhecimento do apoio que sempre recebemos dessa veneranda Câmara Municipal no encaminhamento e aprovação de projetos transformadores de nosso querido Município de Espigão do Oeste.

Por fim, senhores vereadores, solicitamos por parte desta Egrégia Casa de Leis que este Projeto de Lei seja apreciado e votado com a celeridade que lhes é peculiar.

Atenciosamente,

Mun. de Espigão do Oeste
04 / 03 / 2021
02 h 00 min
por

**Weliton Pereira Campos**

Prefeito Municipal

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR**

**VER. ADRIANO MEIRELES**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

**ESPIGÃO DO OESTE ESTADO DE RONDÔNIA.**

---

Rua Rio Grande do Sul, 2800 - B. Vista Alegre - Espigão do Oeste/RO - CEP: 76.974-000  
Contato: (69)3481-1400 - Site: [www.espigaodoeste.ro.gov.br](http://www.espigaodoeste.ro.gov.br)  
CNPJ: 04.695.284/0001-39



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Amorin Cazula, Procurador do Município**, em 02/03/2021 às 10:42, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do Decreto nº 4.474 de 28/08/2020.



Documento assinado eletronicamente (CD) por **Weliton Pereira Campos, Prefeito**, em 02/03/2021 às 11:20, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do Decreto nº 4.474 de 28/08/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br), informando o ID **59749** e o código verificador **52366BE6**.

---

Referência: Processo nº 5-626/2021.

Docto ID: 59749 v1





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

Câmara Municipal de Espigão do Oeste
Fl. nº. 04
Processo. nº 031/2021

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE MARÇO DE 2021.

*ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO  
ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.*

O **PREFEITO DE ESPIGÃO DO OESTE**, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV e o artigo 84, § 7º, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município; c/c o artigo 165, § 8º, da Constituição Federal,

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de **R\$ 338.525,00** (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais), destinados a atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, provenientes de recursos do **Convênio nº. 865110/2018**, firmado entre o Governo Federal por meio do Ministério da Defesa, Programa Calha Norte - PCN e Município de Espigão do Oeste.

**Art. 2º** - Para efeito de contabilização do crédito mencionado no art. 1º desta Lei, será obedecida à seguinte ordem de classificação, nos termos da Lei nº 4.320/64:

I. Primeiro Acréscimo

- a. PODER: 02 Poder Executivo;
- b. ÓRGÃO: 02 05 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;
- c. PROGRAMA: 15 451 1008 Desenvolvimento Urbano e Rural;
- d. ATIVIDADE: 15 451 1008 4028 Aquisição de Caminhão Caçamba Traçado e Trucado;
- e. FONTE DE RECURSO: 0.6.14 Transferências de Convênios/Exercícios Anteriores;

f. FICHA/NATUREZA DA DESPESA: 882/4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente - R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

II. Segundo Acréscimo

- a. PODER: 02 Poder Executivo;
- b. ÓRGÃO: 02 05 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;
- c. PROGRAMA: 15 451 1008 Desenvolvimento Urbano e Rural;
- d. ATIVIDADE: 15 451 1008 4028 Aquisição de Caminhão Caçamba Traçado e Trucado;

e. FONTE DE RECURSO: 0.3.00 Recursos Próprios/Exercícios Anteriores;

f. FICHA/NATUREZA DA DESPESA: 883/4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente - R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

III. Terceiro Acréscimo

a. PODER: 02 Poder Executivo;

b. ÓRGÃO: 02 05 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;

c. PROGRAMA: 15 451 1008 Desenvolvimento Urbano e Rural;

d. ATIVIDADE: 15 451 1008 4028 Aquisição de Caminhão Caçamba Traçado e Trucado;

e. FONTE DE RECURSO: 0.1.00 Recursos Próprios/Exercício Corrente;

f. FICHA/NATUREZA DA DESPESA: 884/4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente - R\$ 26.525,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais).

**Art. 3º** - Para dar cobertura ao crédito mencionado no artigo 1º será utilizada a seguinte fonte de recursos:

I. *Superávit Financeiro* referente a recursos financeiros depositados em conta corrente, para atender o **Convênio 865110/2018** firmado entre o Governo Federal por meio do Ministério da Defesa e Município de Espigão do Oeste, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

II. *Superávit Financeiro* apurado no exercício de 2020, a título de contrapartida financeira por parte da Prefeitura do Município de Espigão do Oeste, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

III. *Anulação parcial de dotação*, a título de contrapartida financeira por parte da Prefeitura do Município de Espigão do Oeste, o valor de R\$ - 26.525,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais).

a. PODER: 02 Poder Executivo;

b. ÓRGÃO: 02 11 Coordenadoria Municipal de Planejamento e Orçamento;

c. PROGRAMA 99 999 2001 Apoio Administrativo;

d. ATIVIDADE: 99 999 2001 9999 Reserva de Contingência;

e. FONTE DE RECURSO: 0.1.00 Recursos Próprios/Ordinários;

f. FICHA/NATUREZA DA DESPESA: 733/9.9.99.99.99 Reserva de Contingência - R\$ - 26.525,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais).

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor nesta data.

Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, \_\_\_\_ de março de 2021.



**Weliton Pereira Campos**

Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Espigão do Oeste
Fl. nº <u>05</u>
Processo. nº <u>031/2021</u>

**Dionilto Kull**

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**Fernando Henrique Neves de Souza**

Coordenador de Planejamento e Orçamento

Rua Rio Grande do Sul, 2800 - B. Vista Alegre - Espigão do Oeste/RO - CEP: 76.974-000  
Contato: (69)3481-1400 - Site: [www.espigaodoeste.ro.gov.br](http://www.espigaodoeste.ro.gov.br)  
CNPJ: 04.695.284/0001-39



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Amorin Cazula, Procurador do Município**, em 02/03/2021 às 10:45, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do Decreto nº 4.474 de 28/08/2020.



Documento assinado eletronicamente (CD) por **Weliton Pereira Campos, Prefeito**, em 02/03/2021 às 11:20, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do Decreto nº 4.474 de 28/08/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Henrique Neves de Souza, Coordenador de Planejamento e Orçamento**, em 02/03/2021 às 11:26, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do Decreto nº 4.474 de 28/08/2020.



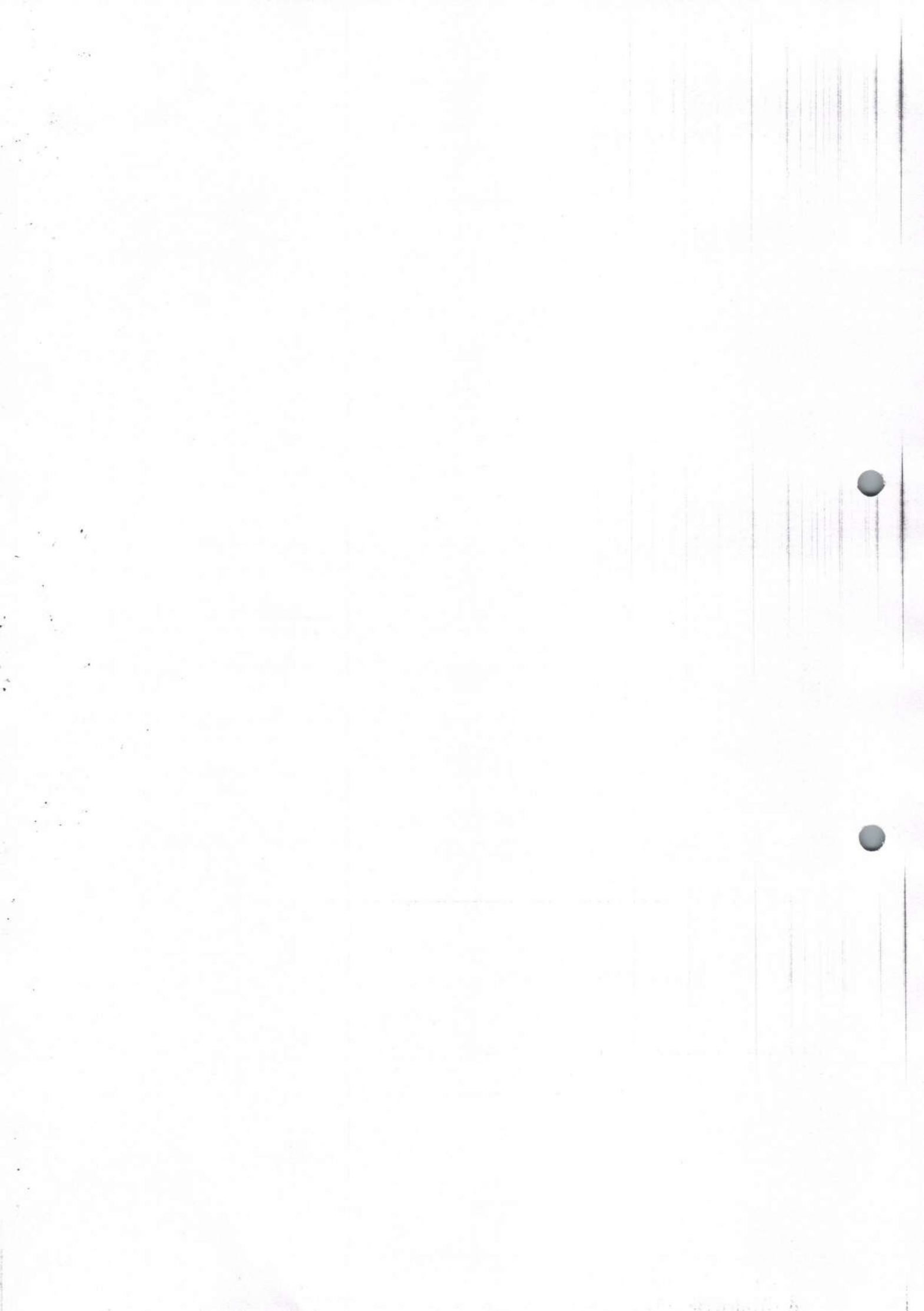
Documento assinado eletronicamente por **Dionilto Kull, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 02/03/2021 às 11:48, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do Decreto nº 4.474 de 28/08/2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br), informando o ID **59753** e o código verificador **0B384CE7**.

Referência: Processo nº 5-626/2021.

Docto ID: 59753 v1





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE  
COOPLAN - COODENADORIA DE PLANEJAMENTO  
COOPLAN - DIVISÃO DE PROJETOS ORÇAMENTARIOS



Ofício nº 36/COOPLAN-PROJ.ORÇAMEN/2021

Espigão do Oeste/RO, 12 de fevereiro de 2021.

**Assunto: SOLICITA ABERTURA DE CRÉDITO DO CONVÊNIO Nº 865110/2018 DE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA**

Senhora Diretora,

Após cumprimentá-la cordialmente, solicitamos que seja realizado os trâmites necessários, com vistas abertura de crédito Especial para atender ao projeto de AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA, através do Convênio nº 865110/2018 e Termo Aditivo, conforme apresenta documentação técnica e esclarecimentos anexos ao presente pedido.

Informamos que o valor total do convenio é de R\$ 338.525,00 (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais), conforme plano de trabalho em anexo, sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de Repasse financeiro do Governo Federal, R\$ 12.000,00 (doze mil reais), de Superávit Financeiro depositados a título de contrapartida do Município e R\$ 26.525,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais), depositados a título de contrapartida do município, a ser executado através da Secretaria Municipal de Obras e serviços Públicos, por meio do Programa/Ação devidamente qualificado para a realização de ações de manutenção das vias nosso município.

Na oportunidade, solicitamos para a solicitação de abertura de crédito o envio à Câmara Municipal em caráter de urgência, considerando prazos de execução do referido Convênio.

Mencionamos ainda que, em referência à fonte de recursos, os créditos adicionais a serem realizados ao orçamento terão cobertura parcial por Superávit Financeiro referente aos recursos do convênio, Superávit Financeiro, considerando os créditos de contrapartida constantes em conta e Anulação Parcial de Dotação de Reserva de Contingência referente ao desembolso de contrapartida, a serem realizados no exercício de 2021.

Sem mais para o presente momento, colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

*(Documento Assinado Eletronicamente)*



Rua Rio Grande do Sul, 2800 - B. Vista Alegre - Espigão do Oeste/RO - CEP: 76.974-000  
Contato: (69)3912-8011 - Site: [www.espigaodooeste.ro.gov.br](http://www.espigaodooeste.ro.gov.br)  
CNPJ: 04.695.284/0001-39



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Henrique Neves de Souza, Coordenador de Planejamento e Orçamento**, em 12/02/2021 às 12:34, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do [Decreto nº 4.474 de 28/08/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.espigaodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.espigaodooeste.ro.gov.br), informando o ID **51929** e o código verificador **E1B9FC4E**.

Referência: [Processo nº 5-626/2021](#).

Docto ID: 51929 v1





MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA GERAL-SEG  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE-DPCN

**CONVÊNIO SICONV Nº 865110/2018,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO  
DA DEFESA, E O MUNICÍPIO DE  
ESPIGÃO D'OESTE/RO**

A UNIÃO, por intermédio do Ministério da Defesa-MD, Departamento do Programa Calha Norte-DPCN, inscrito no CNPJ sob nº 14.665.070/0001-73, com sede em Brasília-DF, Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Diretor do Departamento do Programa Calha Norte, ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS, portador do CPF nº 483.932.198-72, e Carteira de Identidade nº 220838 CAter, nomeado pela Portaria nº 306/Casa Civil/PR, de 22/04/2013, publicada no Diário Oficial da União de 23/04/2013, com fundamento no art. 8º, II, e art. 23, X, da Portaria Normativa nº 564/MD, de 12 de março de 2014, e o **MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE/RO**, inscrito no CNPJ sob nº 04.695.284/0001-39, doravante denominado **CONVENIENTE**, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito NILTON CAETANO DE SOUZA, portador do CPF nº 090.556.652-13 e da Carteira de Identidade nº 124.304 SSP/RO, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, registrado no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2018, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e Portaria Normativa nº 30/MD, de 25 de agosto de 2017, consoante o processo administrativo nº 60.414.000718/2018-01 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRACADO E TRUCADO**, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

Integram este Termo de Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo **CONVENIENTE** e aceitos pelo **CONCEDENTE** no SICONV, bem como toda documentação técnica que dele resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA**

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva dos seguintes documentos pelo **CONVENIENTE** e a respectiva aprovação pelo setor técnico do **CONCEDENTE**:

- I – Termo de Referência, nos termos do art. 1º, § 1º, XXXIV, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, e
- II – outra(s) condição(ões) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho.

- c) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços convencionados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;
- d) submeter previamente ao **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- e) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- f) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- g) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- h) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo **CONCEDENTE**, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao **CONCEDENTE** sempre que houver alterações;
- i) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- j) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- l) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- l) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do **CONVENIENTE**, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;
- m) permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- n) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- o) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;
- p) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **CONVENIENTE** em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo **CONCEDENTE**, após a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto no Manual do DPCN, disponível em [www.defesa.gov.br/arquivos/programa\\_calha\\_norte/normas\\_instrucoes\\_2018.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/normas_instrucoes_2018.pdf), e na Instrução Normativa SECOM-PR nº 7, de 19 de dezembro de 2014, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la, observando-se as condutas vedadas em período eleitoral, previstas no art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997;

**Subcláusula Primeira.** O **CONVENIENTE** deverá apresentar o(s) documento(s) referido(s) no caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos, no prazo de **três (3) dias úteis**, contados da data da assinatura do presente Termo, prorrogável uma única vez, por igual período, até o limite de 18 (dezoito) meses, incluindo-se eventual prorrogação.

**Subcláusula Segunda.** O(s) documento(s) referido(s) no caput anterior) apresentado(s) pelo **CONCEDENTE** e se aceito(s), ensejará(m) a adequação do plano de Trabalho ao necessário.

**Subcláusula Terceira.** Constatados vícios sanáveis nos(s) documento(s) apresentado(s) ao **CONCEDENTE** comunicará o **CONVENIENTE**, estabelecendo prazo para saneamento.

**Subcláusula Quarta.** Caso o(s) documento(s) indicado(s) no caput desta cláusula não sejam entregues) ou recebam) parecer contrário à sua aceitação, proceder-se-á à extinção do convênio, nos termos dos arts. 21, § 7º, 24, § 1º e 27, XVIII, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Quinta.** Quando houver, no Plano de Trabalho, a previsão de transferência de recursos para a elaboração do termo de referência limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento, a liberação do montante correspondente ao custo do serviço se dará após a celebração do instrumento, conforme cronograma de liberação pactuado entre as partes.

**Subcláusula Sexta.** A rejeição pelo **CONCEDENTE** do termo de referência, custeado com recursos da União, enseja a imediata devolução dos recursos aos cofres da União, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Sem prejuízo nas demais cláusulas deste Convênio, são obrigações dos Partícipes:

**I - DO CONCEDENTE:**

- a) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) transferir ao **CONVENIENTE** os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal, e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, caput, inciso III, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao **CONVENIENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e
- f) divulgar atos normativos e orientar o **CONVENIENTE** quanto à correta execução dos projetos e atividades.

**II - DO CONVENIENTE:**

- a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, aceitos pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

- q) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais as quais se destina;
- r) manter o **CONVENIENTE** informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- s) permitir ao **CONCEDENTE**, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;
- t) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, comunicar o Ministério Público Federal, o respectivo Ministério Público Estadual e a Advocacia-Geral da União;
- u) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**;
- v) manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- w) disponibilizar, em seu site oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;
- x) observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais vigentes, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

Este Termo de Convênio terá vigência de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada mediante termo aditivo, por solicitação do **CONVENIENTE** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

**Subcláusula Única.** O **CONCEDENTE** prorrogará de ofício a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais), serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte qualificação orçamentária:

- I - R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do **CONVENIENTE**, autorizado pela Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA), publicada no DOU de 03/01/2018, UG 110594, assegurado pela Nota de Empenho nº 2018NE00162, vinculada ao Programa de Trabalho nº 05.244.2058.1211.0011, PTRES 140242, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 100, Natureza da Despesa 444252; e
- II - R\$ 12.000,00 (doze mil reais), relativos à contrapartida do **CONVENIENTE**, de que trata o art. 74 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO), estão consignados através da Lei Orçamentária nº 2.037, de 08 de janeiro de 2018 do Município de Espigão D'Oeste/RO.

**Subcláusula Primeira.** Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do **CONVENIENTE**.



**Subcláusula Segunda.** O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a parcela da contrapartida financeira, em conformidade com o prazo estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito na conta bancária específica do Convênio.

**Subcláusula Primeira.** O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio.

**Subcláusula Segunda.** As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, nem tampouco utilizadas para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

**Subcláusula Terceira.** A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

**Subcláusula Primeira.** A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao presente Convênio e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

**Subcláusula Segunda.** A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a(o):

- cumprimento pelo CONVENENTE da condição suspensiva constante neste instrumento; e
- conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

**Subcláusula Terceira.** Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Subcláusula Quarta.** Exceto no caso de liberação em parcela única, o valor do desembolso a ser realizado pelo CONCEDENTE referente a primeira parcela não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global deste instrumento.

**Subcláusula Quinta.** Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

**Subcláusula Sexta.** Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento deverá ser rescindido.

**Subcláusula Sétima.** É vedada a liberação da primeira parcela dos recursos para o CONVENENTE que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias.

**Subcláusula Oitava.** Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no SICONV, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

**Subcláusula Nona.** Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá também o CONVENENTE:

- comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, de forma prevista à liberação dos recursos da União; e
- estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

[https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1613347&nrha\\_siste...](https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1613347&nrha_siste...) 5/17  
ID: 52178 e CRC: 82189484

**Subcláusula Décima.** Nos termos do § 3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará reida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas; e

III - o CONVENENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

**Subcláusula Décima Primeira.** Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira pública oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

**Subcláusula Décima Segunda.** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

**Subcláusula Décima Terceira.** A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula Décima Quarta.** O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e

III - o bloqueio da conta no caso de paralisação da execução pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Subcláusula Décima Quinta.** O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Quarta, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

**Subcláusula Décima Sexta.** No caso de paralisação da execução pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias o CONCEDENTE deverá solicitar o bloqueio da conta corrente específica vinculada a este convênio pelo mesmo prazo.

**Subcláusula Décima Sétima.** Após o fim do prazo de bloqueio da conta, mencionado na Subcláusula Décima Sexta, não havendo comprovação da retomada da execução, o instrumento deverá ser rescindido, cabendo à CONCEDENTE:

I - solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e

II - analisar a prestação de contas.

**Subcláusula Décima Oitava.** É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**Subcláusula Décima Nona.** O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e aos órgãos de controle.

**Subcláusula Vigésima.** Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para

[https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1613347&nrha\\_siste...](https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1613347&nrha_siste...) 5/17  
ID: 52178 e CRC: 82189484

aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Vigésima Primeira.** Para os instrumentos enquadrados no inciso V do caput do art. 53 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, é vedada a liberação de duas parcelas consecutivas sem que o acompanhamento tenha sido realizado por meio de visitas in loco (art. 54, § 2º, da aludida Portaria Interministerial).

#### CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração direta ou indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

VIII - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, ou a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

X - celebrar contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais;

XI - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

XII - onerar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo se permitido neste instrumento e em norma correlata, bem como se houver anuência expressa por parte do CONCEDENTE; e

XIII - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

**Subcláusula Segunda.** Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no SICONV e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

I - por ato da autoridade máxima do CONCEDENTE;

II - na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

[https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1613347&nrha\\_siste...](https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1613347&nrha_siste...) 7/17  
ID: 52178 e CRC: 82189484

III - no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias contas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

**Subcláusula Terceira.** Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e

V - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

**Subcláusula Quarta.** Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

**Subcláusula Quinta.** No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento de respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTET dos materiais ou equipamento; e

III - o fornecedor ou o convênente apresentem uma carta fiança bancária ou instrumento congêneres no valor do adiantamento pretendido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME SIMPLIFICADO

Dado o valor de repasse igual ou superior a R\$ 100.000,00 e inferior a R\$ 750.000,00, aplicam-se os arts. 65 e 66 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, para além da obrigatoriedade da prévia aprovação do Termo de Referência, como condição para a celebração do presente Convênio.

I - o plano de trabalho aprovado deverá conter parâmetros objetivos para caracterizar a entrega do objeto;

II - a liberação dos recursos deverá ocorrer, preferencialmente, em parcela única;

III - é vedada a repactuação de metas e etapas;

IV - a apresentação do processo licitatório pelo CONVENENTE e aprovação pelo CONCEDENTE é condição para a liberação dos recursos;

V - o acompanhamento será realizado por meio dos documentos inseridos no SICONV, podendo haver visitas ao local quando identificada a necessidade pelo órgão concedente; e

VI - a análise da prestação de contas final deverá priorizar a verificação dos resultados atingidos, considerando os parâmetros especificados no momento da celebração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014 e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexistência de licitação.

**Subcláusula Primeira.** Os editais de licitação para consecução do objeto convencionado somente poderão ser publicados pelo CONVENENTE, após a assinatura do presente Convênio e aceite do termo de referência

[https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1613347&nrha\\_siste...](https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1613347&nrha_siste...) 8/17  
ID: 52178 e CRC: 82189484



pelo **CONCEDENTE**, devendo a publicação do extrato dos editais ser feita no Diário Oficial da União, em atendimento ao inciso I do art. 21, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo ao uso de outros veículos de publicidade usualmente utilizados pelo **CONVENENTE**.

**Subcláusula Segunda.** Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica, cuja inviabilidade de utilização deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do **CONVENENTE**.

**Subcláusula Terceira.** Na contratação de bens e serviços com recursos do presente Convênio, o **CONVENENTE** deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos arts. 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

**Subcláusula Quarta.** As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.

**Subcláusula Quinta.** O **CONCEDENTE** deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo **CONVENENTE**, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

- I - contemporaneidade da certame;
- II - compatibilidade dos preços do licitante vencedor e a sua compatibilidade com os preços de referência;
- III - enquadramento do objeto convênio com o efetivamente licitado, a fim de identificar se houve a individual inclusão, no edital e no contrato, de itens não previstos no Plano de Trabalho; e
- IV - fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do **CONVENENTE** ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

**Subcláusula Sexta.** Compete ao **CONVENENTE**:

- I - realizar, sob sua inteira responsabilidade, sempre que optar pela execução indireta de serviço, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
- II - registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento - CTEF e seus respectivos aditivos;
- III - prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto convênio;
- IV - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento - CTEF, nos termos do art. 7º, inciso IX e §§ 4º e 6º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e
- V - inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão de conta bancária específica do Convênio.

**Subcláusula Sétima.** É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

- I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- II - no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
- III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Subcláusula Oitava.** O **CONVENENTE** deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO**

Este Convênio poderá ser alterado por meio de termo aditivo, mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO**

Incumbente ao **CONCEDENTE** exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma do arts. 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

**Subcláusula Primeira.** O **CONCEDENTE** designará e registrará no SICONV representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que notará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

- I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que for estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no SICONV;
- IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas;
- V - outros aspectos que conduzem à obtenção de melhores resultados na consecução do objeto, conforme definido neste instrumento e em normas correlatas.

**Subcláusula Segunda.** No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o **CONCEDENTE** deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

**Subcláusula Terceira.** No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o **CONCEDENTE** poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;
- III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;
- IV - solicitar diretamente a instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do convênio;
- V - programar visitas ao local da execução, quando couber, observado o disposto no art. 54, caput, incisos IV e V, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- VI - utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
- VII - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

**Subcláusula Quarta.** Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o **CONCEDENTE** suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o **CONVENENTE** para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

**Subcláusula Quinta.** Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE**, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano ao erário.

**Subcláusula Sexta.** Prestadas as justificativas, o **CONCEDENTE**, aceitando-as, fará constar nos atos do processo as justificativas prestadas e dará ciência ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 7º, § 2º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Sétima.** Caso as justificativas não sejam acatadas, o **CONCEDENTE** abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o **CONVENENTE** regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

**Subcláusula Oitava.** A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do **CONVENENTE** devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

**Subcláusula Nona.** Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o **CONVENENTE** e a data de efetivo crédito, na conta única do Tesouro, do montante devido pelo **CONVENENTE**.

**Subcláusula Décima.** A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido na Subcláusula Sétima, ensejará registro de inadimplência no SICONV e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de tomada de contas especial ou, na hipótese de aplicação do art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas no alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico competente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vista à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do **CONVENENTE** no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

**Subcláusula Décima Primeira.** As comunicações elencadas nas Subcláusulas Quarta, Quinta e Sétima serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada no SICONV, e em ambos os casos com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento.

**Subcláusula Décima Segunda.** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à situação do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

**Subcláusula Décima Terceira.** Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do **CONCEDENTE** por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo **CONVENENTE**, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao **CONCEDENTE**. O **CONVENENTE** responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

**Subcláusula Décima Quarta.** O **CONCEDENTE** comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, comunicará os Ministérios Públicos Federal, Estadual e a Advocacia-Geral da União, nos termos dos arts. 7º, §§ 2º e 3º, e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Incumbente ao **CONVENENTE** exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, prevista na Lei nº 8.666, de 1993, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**Subcláusula Única.** O **CONVENENTE** designará e registrará no SICONV representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual notará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O órgão ou entidade que receber recursos por meio deste Convênio estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, na forma estabelecida pelo art. 59 a 64 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Primeira.** A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Segunda.** A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

**Subcláusula Terceira.** A prestação de contas deverá ser registrada pelo **CONCEDENTE** no SICONV iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

**Subcláusula Quarta.** A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão de execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos documentos e informações registrados pelo **CONVENENTE** no SICONV, pelo seguinte:

- I - relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;
- III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- IV - termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** obriga-se a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do § 3º do art. 4º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e
- V - termo de compromisso de utilização dos bens remanescentes para assegurar a continuidade de programa governamental, com regras e diretrizes de utilização.

**Subcláusula Quinta.** Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o **CONCEDENTE** estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

**Subcláusula Sexta.** Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Quinta, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas no SICONV nos termos da Subcláusula Quarta, nem devolver os recursos, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

**Subcláusula Sétima.** Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

**Subcláusula Oitava.** O **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

- I - para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Quarta desta Cláusula; e
- II - para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.



**Subcláusula Nona.** A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

**Subcláusula Décima.** Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pelo CONCEDENTE os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.

**Subcláusula Décima Primeira.** Antes da tomada da decisão final de que trata a Subcláusula Décima. Quinta, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias (art. 10, § 9º, do Decreto nº 6.170, de 2007, e art. 59, § 9º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016).

**Subcláusula Décima Segunda.** A notificação prévia, prevista na Subcláusula Décima Primeira, será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento – AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE, devendo a notificação ser registrada no SICONV.

**Subcláusula Décima Terceira.** O registro da inadimplência no SICONV só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

**Subcláusula Décima Quarta.** O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento no SICONV, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação de prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

**Subcláusula Décima Quinta.** A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

- I – aprovação;
- II – aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou
- III – rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam excludidas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos da Subcláusula Décima Sétima.

**Subcláusula Décima Sexta.** O eventual ato de aprovação de prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

**Subcláusula Décima Sétima.** Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o CONCEDENTE poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no CADIN, aprovar a prestação de contas com ressalva.

**Subcláusula Décima Oitava.** Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial ou inscrição da Dívida Ativa da União e inscrição no CADIN, observando os arts. 70 a 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

**Subcláusula Décima Nona.** Na hipótese de aplicação do art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 71, de 2012, a autoridade administrativa deverá adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

**Subcláusula Vigésima.** Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta desta cláusula, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo

CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão CONCEDENTE, obriga-se a recolher à Conta Única do Tesouro Nacional, em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br), portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 110594 e Gestão 00001 (Tesouro).

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II – o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto do Convênio, executada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;
- b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III – o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

**Subcláusula Primeira.** A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE e os da contrapartida do CONVENENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos participantes.

**Subcláusula Segunda.** A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, inscrição do débito no sistema da Dívida Ativa da União, ou na hipótese de aplicação do art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas no alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

**Subcláusula Terceira.** Nos casos de descumprimento do prazo previsto no caput desta Cláusula, o CONCEDENTE deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

**Subcláusula Quarta.** Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatório a divulgação em site eletrônico institucional, pelo CONCEDENTE e CONVENENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007, e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Primeira.** Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

**Subcláusula Segunda.** O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, por meio de manifestação de compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, ficando os participantes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes; e

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observadas as disposições constantes dos arts. 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e
- e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, comprovada nos termos do § 9º do art. 41 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.
- f) inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na Subcláusula Sexta, Cláusula Oitava deste instrumento, situação em que incumbirá ao CONCEDENTE:

- solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e
- analisar a prestação de contas

**Subcláusula Única.** A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou inscrição do débito no sistema da Dívida Ativa da União, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da aplicação, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**Subcláusula Primeira.** Será dada publicidade em site eletrônico específico denominado Portal dos Convênios nos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

**Subcláusula Segunda.** O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do CONVENENTE, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura, bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

**Subcláusula Terceira.** O CONVENENTE obriga-se a:

- I - caso seja município, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no

prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico.

II - **cientificar** da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - **disponibilizar**, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os participantes, ainda, a estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regulamentação efetuada, quando realizadas por intermédio do SICONV, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos participantes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do SICONV deverão ser supridas através da regular instrução processual.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os participantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste a tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os participantes obrigam-se ao total e irrevocável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos participantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, 14 de novembro de 2018.

Pelo CONCEDENTE:

**ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS**

Diretor

Pelo CONVENENTE:

**NILTON CAETANO DE SOUZA**

Prefeito Municipal de Espigão D'Oeste/RO



JOSÉ ROBERTO RAMOS DE ALMEIDA

CARLOS ALBERTO SILVA

Gerente

Gerente



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Medeiros Dantas, Diretor(a)**, em 30/11/2018, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Silva, Gerente**, em 30/11/2018, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Ramos de Almeida, Gerente**, em 03/12/2018, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **NILTON CAETANO DE SOUZA, Usuário Externo**, em 03/12/2018, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **1343930** e o código CRC **77BF1DAD**.



Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste

04.695.284/0001-39  
Rua Rio Grande do Sul, 2800 - Vista Alegre  
www.espigaodoeste.rn.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Termo de Convênio	Identificação/Número	Data
865110		12/02/2021
ID: 52176		
CRC: 821B5484		
Processo: 5-626/2021		
Usuário: Liziane Miranda Gonçalves		
Criação: 12/02/2021 12:40:07	Finalização: 12/02/2021 14:00:40	
MDS: 6CC771688E5F8CB14C465EE1B214FCES		
SHA256: 661A46CEACDD01C997B99E09F79D02AB518CD9F977AB011F276ADA443FF47A3		
Sumário/Objeto:		
<b>ABERTURA DE CRÉDITO</b>		
<b>INTERESSADOS</b>		
Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste	ESPIGÃO DO OESTE	RO: 12/02/2021 13:40:07
<b>ASSUNTOS</b>		
SOLICITA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL		12/02/2021 12:40:07
<b>ANEXOS</b>		
1	Plano de Trabalho 865110	12/02/2021 52176
2	Termo Aditivo 865110	12/02/2021 52180
<b>ASSINATURAS ELETRÔNICAS</b>		
Liziane Miranda Gonçalves	Director do Departamento Programação, Orçamento e C	12/02/2021 14:01:24

Termo de Convênio 865110 de 12/02/2021, assinado na forma do Decreto Municipal nº 4.474/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.espigaodoeste.rn.gov.br](https://transparencia.espigaodoeste.rn.gov.br) informando o ID 52176 e o CRC 821B5484.

[https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1513347&id\\_sitio...](https://sei.defesa.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1513347&id_sitio...) 17/17  
ID: 52176 e CRC: 821B5484



MINISTÉRIO DA DEFESA  
PLATAFORMA BRASIL

Nº / ANO DA PROPOSTA:  
028055/2018

OBJETO:  
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRACADO E TRUCADO

JUSTIFICATIVA:  
O município de Espigão do Oeste possui uma população estimada 32.712 HABITANTES, trata-se de um município de pequeno porte que conta com estruturas e investimentos em educação, saúde, infraestrutura urbana que são oferecidos à população com o objetivo na melhoria da qualidade de vida da mesma. Com objetivo de melhoria da infraestrutura urbana e rural o presente projeto visa à aquisição de caminhão, para atender as necessidades da população do município de Espigão do Oeste, uma vez a crescente demanda por serviços de manutenção e reparos de vias de acesso da zona rural, compreendendo ser as principais vias de acesso para escoamento da produção, fuma vez que o município não dispõe atualmente de frota suficiente para a prestação dos serviços. Por causa de fatores diversos, dentre eles a escassez de recursos financeiros, e o crescimento da demanda pelos serviços, o que influencia na qualidade do atendimento à população, tem-se necessariamente a devida estruturação da Administração municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, visando a melhoria das condições dos serviços prestados à população, focando principalmente a realização de serviços de manutenção e reparos de vias de acesso. Com o aumento da frota, o município poderá melhorar o atendimento aos municípios com os serviços de recuperação e conservação de estradas vicinais, abertura e reparo de bueiros, pontes e pontilhões, e ainda a abertura de valas e sarjetas para drenagem de águas pluviais em período chuvoso. Sabe-se que, quando passa o período de chuvas intensas em nossa região, as estradas rurais ficam em estado de emergência e em alguns casos intranstráveis, aumentando assim as dificuldades na escoação da produção agrícola no centro comercial, necessitando de intervenções emergenciais que demanda máquinas adequadas para execução do serviço.

## 1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 52069	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: MINISTERIO DA DEFESA
CPF DO RESPONSÁVEL: 569.280.567-15	NOME DO RESPONSÁVEL: UBIRATAN POZY
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: Edifício dos Ministérios Bloco O Anexo I - Brasília - DF	CEP DO RESPONSÁVEL: 70049-900

## 2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 04.695.284/0001-39					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE ESPIGAO DOESTE					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 2800					
CIDADE: ESPIGÃO DO OESTE	UF: RO	CÓDIGO MUNICÍPIO: 0025	CEP: 76974000	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/TELEFONE: 69/99125060
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	AGÊNCIA: 3673-1	CONTA CORRENTE: 0066710055			
CPF DO RESPONSÁVEL: 090.556.652-15	NOME DO RESPONSÁVEL: NILTON CAETANO DE SOUZA				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: ESTRADA CALCAREO, S NO. KM 54 - ZONA RURAL					CEP DO RESPONSÁVEL: 76970090

## 4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 338.525,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 338.525,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2019	R\$ 300.000,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 338.525,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	14/11/2018	
FIM DE VIGÊNCIA:	29/06/2021	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2021	

## 5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação:	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO		
Unidade de Medida:	UN	Quantidade:	1,0
Valor:	R\$ 338.525,00		
Início Previsto:	14/11/2018	Término Previsto:	29/06/2021
Valor Global:	R\$ 338.525,00		
UF:	RO	Município:	0025 - ESPIGAO D'OESTE
CEP:	76974-000		
Endereço:	RUA: RIO GRANDE DO SUL, 2800 - BAIRRO VISTA ALEGRE		
Etapas/Fase nº:	1		
Especificação:	Caminhão 0 km (zero quilometro) com as especificações mínimas, ano/moodelo em linha tração 6 x 2, motor a diesel, mínimo 04 cilindros com potência mínima de 190 cv, direção hidráulica, transmissão com no mínimo 06 marchas avante e 01 à ré, equipado com caçamba basculante com capacidade de carga mínima de 10m³, ar condicionado, com todos os equipamentos que acompanham o veículo de fábrica exigidos pelo CONTRAN, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica estadual homologada pelo fabricante.		
Quantidade:	1,0 UN	Valor:	R\$ 338.525,00
Início Previsto:	14/11/2018	Término Previsto:	29/06/2021

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MINISTERIO DA DEFESA

MÊS DESEMBOLSO:	Maio	ANO:	2019
META Nº:	1	VALOR DA META:	R\$ 300.000,00
DESCRIÇÃO:	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 300.000,00	PARCELA Nº:	1

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MUNICIPIO DE ESPIGAO D'OESTE

MÊS DESEMBOLSO:	Junho	ANO:	2019
META Nº:	1	VALOR DA META:	R\$ 38.525,00
DESCRIÇÃO:	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 38.525,00	PARCELA Nº:	1

Relatório emitido em 12/02/2021 14:48:35

Página 3 de 6

ID: 52179 e CRC: C8CE824

## 8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:	Caminhão 0 km (zero quilometro) com as especificações mínimas, ano/moodelo em linha tração 6 x 2, motor a diesel, mínimo 04 cilindros com potência mínima de 190 cv, direção hidráulica, transmissão com no mínimo 06 marchas avante e 01 à ré, equipado com caçamba basculante com capacidade de carga mínima de 10m³, ar condicionado, com todos os equipamentos que acompanham o veículo de fábrica exigidos pelo CONTRAN, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica estadual homologada pelo fabricante.			
NATUREZA DA AQUISIÇÃO:	Recursos do Convênio		NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:	RUA: RIO GRANDE DO SUL, N° 2800			
CEP:	76974-000	UF:	RO	MUNICÍPIO: 0025 - ESPIGAO D'OESTE
UNIDADE:	UN	QUANTIDADE:	1,00	V. UNITARIO: R\$ 338.525,00   V.TOTAL: R\$ 338.525,00
OBSERVAÇÃO:	Ajustado			

## 9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA	Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
	449052	R\$ 338.525,00	R\$ 338.525,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:		R\$ 338.525,00			

## 10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao para efeitos e sob as penas da Lei, que incide qualquer débito em nome ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que imponha a transferência de recursos oriundos da dotação consignada nos orçamentos da União, na forma desse plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data \_\_\_\_\_

Proposante \_\_\_\_\_

## 11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDEnte DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data \_\_\_\_\_

Concedente  
(Representante legal do Órgão ou Entidade) \_\_\_\_\_

## 12 - ANEXOS

## Documentos Digitalizados do Convênio

Nome do Arquivo:

SEI MD - 2877906 - Parecer.pdf

PARCELA TÉCNICO INICIAL 865110.pdf

Despacho Decisório 865110.pdf

Termo de Convênio nº 223-2018.pdf

Despacho Decisório 865110.pdf

COMUNICADO PRAZO DE VIGENCIA Nº 837 - 865110.pdf

Relatório emitido em 12/02/2021 14:48:35

Página 5 de 6

ID: 52179 e CRC: C8CE824

ID: 52179 e CRC: C8CE824





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO “O” – ANEXO I – TÉRREO  
ZONA-CÍVICO ADMINISTRATIVA – CEP 70050-906 – BRASÍLIA – DF**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº  
227/PCN/2018, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO REPRESENTADA PELO  
MINISTÉRIO DA DEFESA - MD E A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ESPIGÃO D'OESTE – RO - SICONV 865110**

A União, por intermédio do Ministério da Defesa - MD, com sede em Brasília – DF, Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, doravante denominado MD, neste ato representado pelo Senhor Diretor do Departamento do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa, UBIRATAN POTY, portador do CPF nº 569.290.567-15, Carteira de Identidade nº 109.682.061-6 MD/EB, nomeado pela Portaria nº 3743/GM-MD, de 06/09/2019 e o Município de Espigão D'Oeste, inserito no CNPJ sob nº 04.695.284/0001-39, neste ato representado pelo Senhor NILTON CAETANO DE SOUZA, portador do CPF nº 090.556.652-15 e da Carteira de Identidade nº 124.304 SSP/RO, residente em Espigão D'Oeste, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, sujeitando-se os partícipes às disposições contidas, no que couber, na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas posteriores alterações, na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e suas posteriores alterações e na Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 424 de 30/12/2016 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Valor e da Dotação Orçamentária**

Por meio deste Aditivo fica alterado o estabelecido na Cláusula Sexta - Do Valor e da Dotação Orçamentária do Termo de Convênio nº 227/PCN/2018, referente aos valores estabelecidos para o montante necessário à execução do objeto e ao valor da contrapartida, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Sexta - Do Valor e da Dotação Orçamentária**

O recurso financeiro para a execução do objeto deste convênio fica alterado para o montante de R\$ 338.525,00 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais), incluindo a contrapartida do CONVENENTE, alocado conforme o Plano de Trabalho ajustado, obedecendo à seguinte distribuição:

**I – CONCEDENTE:** R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), já descentralizados pela Ordem Bancária 20190B800385, de 28/11/2019, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, assegurado pela Nota de Empenho nº 2018NE800162, vinculada ao Programa de Trabalho nº 05.244.2058.1211.0011, PTRES 140242, conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 100, Natureza da Despesa 444252; e

**II - CONVENENTE:** 12.000,00 (doze mil reais), iniciais, relativos à contrapartida, consignados na Lei Orçamentária nº 2.037, de 08 de janeiro de 2018 do Município de Espigão D'Oeste/RO, acrescidos mais R\$ 26.525,00 (vinte e seis mil, quinhentos e vinte cinco reais), consignados por abertura de crédito adicional, passando de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para R\$ 38.525,00 (trinta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais), na forma e nas condições estabelecidas no Plano de Trabalho ajustado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Composição dos Custos**

Observado o disposto na Cláusula Quarta deste instrumento, a meta do convênio será mantida e a presente alteração visará ao ajuste de valor em relação ao veículo especificado no Plano de Trabalho, visto que nenhuma das empresas do mercado fornecedor do bem demonstrou interesse em apresentar proposta compatível com o valor previsto no edital de licitação para a aquisição do veículo tipo Caminhão Trucado 0 km (zero quilometro) com as especificações mínimas, ano/modelo em linha tração 6 x 2, com todos os equipamentos que acompanham o veículo de fábrica exigidos pelo CONTRAN, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica estadual homologada pelo fabricante, especificado no plano de trabalho aprovado.

Serão mantidas as especificações técnicas detalhadas no Plano de Trabalho aprovado, ampliando o recurso inicialmente previsto no Termo de Convênio celebrado de R\$ 312.000,000 (trezentos e doze mil reais) para R\$ 338.525,00 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais), na forma e nas condições estabelecidas no Plano de Trabalho ajustado., incluindo a contrapartida do CONVENENTE.

Parágrafo Único. Fica estabelecido que as receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser utilizadas na composição, devendo receber o tratamento aplicado nos §§ 12 e 13 do inciso III art. 41 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424, de 30/12/2016.





**CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vinculação do Plano de Trabalho Ajustado e Demais Peças que o Compõem**

Ficam vinculados ao convênio os documentos adotados para instrução do processo, inseridos no SICONV “Aba” Plano de Trabalho/Anexos/Listar Anexos de Execução: – Ofício nº 00199/COOPLAAN/2020, datado de 05/06/2020, e ofício nº 00210/COOPLAN/2020, datado de 17/06/2020, (inseridos no SICONV ABA Plano de Trabalho/Anexos/Listar Anexos de Execução), acompanhados de cópias de documentos disponíveis para instrução do processo; Quadro Auxiliar com Crédito Complementar (QDD) com data de 26/12/2019 para o exercício 2020; Memorando nº 38/2020 da CPL/Pregão; Carta de desistência de contratação da Empresa Buriti de 14/01/2020; Parecer da Procuradoria Geral do Município referente ao Pregão Eletrônico nº 67/2019; Termo de Adjudicação; Informação de Vencedores do Processo; Ata das Propostas; Proposta Cadastrada; Publicação em DOU; Anexos do Edital; Edital de Licitação; 06 Orçamentos; Termo de Adjudicação; e ficam mantidas as demais peças que integram o processo.

**CLÁUSULA QUARTA – Da Ratificação do Termo de Convênio nº 227/PCN/2018**

Ratificar, naquilo que não conflite com as disposições contidas no presente Termo Aditivo, as demais cláusulas estabelecidas no Termo de Convênio firmado entre as partes em 14/11/2018.

**CLÁUSULA QUINTA – Da Publicação**

Fica o Ministério da Defesa incumbido de providenciar a publicação do Extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União, nos termos previstos no artigo 32 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 424 de 30/12/2016.

E, por estarem assim justas e acordadas as partes convenientes assinam o presente Termo Aditivo na presença das testemunhas abaixo que também o subscrevem.

<b>UBIRATAN POTY</b> Diretor	<b>NILTON CAETANO DE SOUZA</b> Prefeito de Espigão D'Oeste/RO
1ª Testemunha  ANTONIO MARCOS PEREIRA DE ALMEIDA Gerente da Divisão de Engenharia	2ª Testemunha  ANTONIO DA SILVA MENDES Coordenador de Aditivos



Documento assinado eletronicamente por **Antônio da Silva Mendes, Coordenador(a) Técnico(a)**, em 03/07/2020, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **NILTON CAETANO DE SOUZA, Usuário Externo**, em 03/08/2020, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ubiratan Poty, Diretor**, em 06/08/2020, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcos Pereira de Almeida, Gerente**, em 07/08/2020, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **2449546** e o código CRC **335F7C16**.





MINISTERIO DA DEFESA

PLATAFORMA +BRASIL

Câmara Municipal de Espigão do Oeste

Fl. nº. 11

Processo. nº 031/2021

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

028055/2018

**OBJETO:**

AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRAÇADO E TRUCADO

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Espigão do Oeste possui uma população estimada 32.712 HABITANTES, trata-se de um município de pequeno porte que conta com estruturas e investimentos em educação, saúde, infraestrutura urbana que são oferecidos à população com o objetivo na melhoria da qualidade de vida da mesma. Com objetivo de melhoria da infraestrutura urbana e rural o presente projeto visa à aquisição de caminhão, para atender as necessidades da população do município de Espigão do Oeste, uma vez a crescente demanda por serviços de manutenção e reparos de vias de acesso da zona rural, compreendendo ser as principais vias de acesso para escoamento da produção, uma vez que o município não dispõe atualmente de frota suficiente para a prestação dos serviços. Por causa de fatores diversos, dentre eles a escassez de recursos financeiros, e o crescimento da demanda pelos serviços, o que influencia na qualidade do atendimento à população, torna-se necessária a devida estruturação da Administração municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, visando a melhoria das condições dos serviços prestados à população, focando principalmente a realização de serviços de manutenção e reparos de vias de acesso. Com o aumento da frota, o município poderá melhorar o atendimento aos munícipes com os serviços de recuperação e conservação de estradas vicinais, abertura e reparo de bueiros, pontes e pontilhões, e ainda a abertura de valas e sarjetas para drenagem de águas pluviais em período chuvoso. Sabe-se que, quando passa o período de chuvas intensas em nossa região, as estradas rurais ficam em estado de emergência e em alguns casos intransitáveis, aumentando assim as dificuldades na escoação da produção agrícola ao centro comercial, necessitando de intervenções emergenciais que demanda máquinas adequadas para execução do serviço

**1 - DADOS DO CONCEDENTE**

<b>CONCEDENTE:</b> 52000	<b>NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:</b> MINISTERIO DA DEFESA	
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> 569.290.567-15	<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> UBIRATAN POTY	
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> Esplanada dos Ministérios Bloco O Anexo I – Brasília - DF		<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> 70049-900





**2 - DADOS DO PROPONENTE**

<b>PROponente:</b> 04.695.284/0001-39					
<b>RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:</b> MUNICIPIO DE ESPIGAO D'OESTE					
<b>ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE:</b> AVENIDA AVENIDA RIO GRANDE SO SUL, 2800					
<b>CIDADE:</b> ESPIGAO D'OESTE	<b>UF:</b> RO	<b>CÓDIGO MUNICÍPIO:</b> 0025	<b>CEP:</b> 76974000	<b>E.A.:</b> Administração Pública Municipal	<b>DDD/TELEFONE:</b> 6939128060
<b>BANCO:</b> 104 - CAIXA ECONOMICA		<b>AGÊNCIA:</b> 3677-3	<b>CONTA CORRENTE:</b> 0060710058		
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> 090.556.652-15	<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> NILTON CAETANO DE SOUZA				
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> ESTRADA CALCAREO, S NO, KM 54 - ZONA RURAL				<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> 76970000	



Relatório emitido em 12/02/2021 14:48:35



Relatório emitido em 12/02/2021 14:48:35

ID: 52179 e CRC: C8CEE524

## 4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

<b>VALOR GLOBAL:</b>			RS 338.525,00
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA:</b>			RS 38.525,00
<b>VALOR DOS REPASSES:</b>	Ano	Valor	
	2019		RS 300.000,00
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:</b>			RS 38.525,00
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:</b>			RS 0,00
<b>VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:</b>			RS 0,00
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA:</b>	14/11/2018		
<b>FIM DE VIGÊNCIA:</b>	29/06/2021		
<b>VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:</b>	2021		





**5 - PLANO DE TRABALHO**

Meta nº: 1

<b>Especificação:</b> AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO			
<b>Unidade de Medida:</b> UN	<b>Quantidade:</b> 1.0	<b>Valor:</b>	RS 338.525,00
<b>Início Previsto:</b> 14/11/2018	<b>Término Previsto:</b> 29/06/2021	<b>Valor Global:</b>	RS 338.525,00
<b>UF:</b> RO	<b>Município:</b> 0025 - ESPIGAO D'OESTE	<b>CEP:</b>	76974-000
<b>Endereço:</b> RUA: RIO GRANDE DO SUL, 2800 - BAIRRO VISTA ALEGRE			
<b>Etapa/Fase nº:</b> 1			
<b>Especificação:</b> Caminhão 0 km (zero quilometro) com as especificações mínimas, ano/modelo em linha tração 6 x 2, motor a diesel, mínimo 04 cilindros com potência mínima de 190 cv, direção hidráulica, transmissão com no mínimo 06 marchas avante e 01 à ré, equipado com caçamba basculante com capacidade de carga mínima de 10m <sup>3</sup> , ar condicionado, com todos os equipamentos que acompanham o veículo de fábrica exigidos pelo CONTRAN, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica estadual homologada pelo fabricante.			
<b>Quantidade:</b> 1.0 UN	<b>Valor:</b> RS 338.525,00	<b>Início Previsto:</b> 14/11/2018	<b>Término Previsto:</b> 29/06/2021

**6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MINISTERIO DA DEFESA**

<b>MÊS DESEMBOLSO:</b> Maio	<b>ANO:</b> 2019
<b>META Nº:</b> 1	<b>VALOR DA META:</b> RS 300.000,00
<b>DESCRIÇÃO:</b> AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO	
<b>VALOR DO REPASSE:</b>	RS 300.000,00 <b>PARCELA Nº:</b> 1

**7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MUNICIPIO DE ESPIGAO D'OESTE**

<b>MÊS DESEMBOLSO:</b> Junho	<b>ANO:</b> 2019
<b>META Nº:</b> 1	<b>VALOR DA META:</b> RS 38.525,00
<b>DESCRIÇÃO:</b> AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO	
<b>VALOR DO REPASSE:</b>	RS 38.525,00 <b>PARCELA Nº:</b> 1



## 8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

**DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:** Caminhão 0 km (zero quilometro) com as especificações mínimas, ano/modelo em linha tração 6 x 2, motor a diesel, mínimo 04 cilindros com potência mínima de 190 cv, direção hidráulica, transmissão com no mínimo 06 marchas avante e 01 à ré, equipado com caçamba basculante com capacidade de carga mínima de 10m<sup>3</sup>, ar condicionado, com todos os equipamentos que acompanham o veículo de fábrica exigidos pelo CONTRAN, garantia mínima de 12 meses e assistência técnica estadual homologada pelo fabricante.

<b>NATUREZA DA AQUISIÇÃO:</b> Recursos do Convênio		<b>NATUREZA DA DESPESA:</b> 449052		
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:</b> RUA: RIO GRANDE DO SUL, Nº 2800				
<b>CEP:</b> 76974-000	<b>UF:</b> RO	<b>MUNICÍPIO:</b> 0025 - ESPIGAO D'OESTE		
<b>UNIDADE:</b> UN	<b>QUANTIDADE:</b> 1,00	<b>V. UNITÁRIO:</b> R\$ 338.525,00	<b>V.TOTAL:</b>	R\$ 338.525,00
<b>OBSERVAÇÃO:</b> Ajustado				

## 9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449052	R\$ 338.525,00	R\$ 338.525,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>R\$ 338.525,00</b>			





## 10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao \_\_\_\_\_ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos das dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Proponente

## 11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

**Aprovado**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Concedente  
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

## 12 - ANEXOS

### Documentos Digitalizados do Convênio

#### Nome do Arquivo:

SEI\_MD - 2877906 - Parecer.pdf

PARECER TÉCNICO INICIAL 865110.pdf

Despacho Decisório \_\_ 865110.pdf

Termo de Convênio nº 227-2018.pdf

Despacho Decisório 865110.pdf

COMUNICADO PRAZO DE VIGÊNCIA Nº 837 - 865110.pdf





# Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste

04.695.284/0001-39  
Rua Rio Grande do Sul, 2800 - Vista Alegre  
www.espigaodoeste.ro.gov.br

Câmara Municipal de Espigão do Oeste

Fl. nº 14

Processo. nº 031/2021

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Plano de Trabalho	865110	12/02/2021

ID: 52179

CRC: C8CEE524

Processo: 5-626/2021

Usuário: Liziane Miranda Gonçalves

Criação: 12/02/2021 13:51:32 Finalização: 12/02/2021 14:01:56

Processo



Documento



MD5: C461BD22DB9BECA1465C79C7BDC7A830

SHA256: 5723BEB6C3827253CA3500F1AAEF7ED69A3DDD6289602EB0A4B2EC0461FB3E4F

Súmula/Objeto:

ABERTURA DE CRÉDITO

### INTERESSADOS

Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste	ESPIGÃO DO OESTE	RO	12/02/2021 13:51:32
--	------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

SOLICITA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL	12/02/2021 13:51:32
---------------------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Liziane Miranda Gonçalves	Diretor do Departamento Programação, Orçamento e C	12/02/2021 14:02:18
---------------------------	--	---------------------

Plano de Trabalho 865110 de 12/02/2021, assinado na forma do Decreto Municipal nº 4.474/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br) informando o ID 52179 e o CRC C8CEE524.







## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

RUA RIO GRANDE DO SUL, 2800 - VISTA ALEGRE

04695284/0001-39

Exercício: 2021

## LISTAGEM DAS FICHAS DA DESPESA

SITUAÇÃO ATÉ 11/02/2021

Page 1

Entid.	CLoc	Func/Prog	Catgo	Especificação	Dotac Inicial	Alter (+)	Alter (-)	Dotação
Ficha	F.R.	C.A.	Descrição	C.A.	Empenhado			Saldo
					Saldo Reserva			Saldo Sem Reserva
<b>FICHAS ORÇAMENTÁRIAS</b>								
2				MUNICIPIO DE ESPIGÃO D'OESTE				
02				PODER EXECUTIVO				
02 05				SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
020500				SEMOSP				
15				Urbanismo				
15 451				Infra-Estrutura Urbana				
15 451 1008				DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL				
15 451 1008 4028			0000	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRAÇADO E TRUCADO				
882				4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
	0.6.14			002.609 Convênio Nº 865110/2018 Caminhão Caçamba	0,00			0,00
					0,00			0,00
883				4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
	0.3.00			002.609 Convênio Nº 865110/2018 Caminhão Caçamba	0,00			0,00
					0,00			0,00
884				4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
	0.1.00			002.609 Convênio Nº 865110/2018 Caminhão Caçamba	0,00			0,00
					0,00			0,00
TOTAL ORÇAMENTARIO					0,00	0,00	0,00	0,00
					0,00			0,00
					0,00			0,00
TOTAL GERAL					0,00	0,00	0,00	0,00
					0,00			0,00
					0,00			0,00







# Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste

04.695.284/0001-39

Rua Rio Grande do Sul, 2800 - Vista Alegre

www.espigaodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ficha de Suplementação	882, 883 E 884	15/02/2021

ID: 52513

CRC: 59A75EC3

Processo: 5-626/2021

Usuário: Luiza Ines de Oliveira Tesch

Criação: 15/02/2021 10:21:14 Finalização: 15/02/2021 10:22:18

Processo



Documento



MD5: 3126B75F08EAC10F1897A96A1F5B36A6

SHA256: C1D4F2DF1900C40349B6A68829975DA4DD80D39A596C9EF9BC3DF634A554B3AE

Súmula/Objeto:

FICHA DE SUPLEMENTAÇÃO 882, 883 E 884

### INTERESSADOS

Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste	ESPIGÃO DO OESTE	RO	15/02/2021 10:21:14
--	------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

SOLICITA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL	15/02/2021 10:21:14
---------------------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Luiza Ines de Oliveira Tesch	Chef. De Seção de Projetos Orçamentarios	15/02/2021 10:22:24
------------------------------	--	---------------------

Ficha de Suplementação 882, 883 E 884 de 15/02/2021, assinado na forma do Decreto Municipal nº 4.474/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br) informando o ID 52513 e o CRC 59A75EC3.